

O PLANEJAMENTO DAS CIDADES-CAPITAIS NO CERRADO: ENTRE MITOS, IDEOLOGIAS E PRODUÇÕES SOCIOESPACIAIS

THE PLANNING OF CAPITAL-CITIES IN THE CERRADO: BETWEEN MYTHS, IDEOLOGIES AND SOCIO-SPATIAL PRODUCTIONS

Márcia Cristina Hizim Pelá

Professora do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser

marciapela@unifan.edu.br

RESUMO: O trabalho que ora se apresenta tem como objetivo arguir e, por conseguinte, desvelar algumas nuances que há em torno dos planejamentos de Goiânia, Brasília e Palmas, cidades-capitais planejadas no Cerrado. Dentre elas, estão as ideologias e mitificações que há em torno do planejamento destas cidades-capitais que, para nós, contribuem para escamotear o movimento e o processo de disputas que há em suas produções socioespaciais. A premissa que o embasa, é que não há como separar os objetos, e muito menos as cidades, dos sujeitos sociais, pois elas não são apenas coisas, mas fundamentalmente relações. Como coisas elas são analisadas apenas pelos seus contornos, formas, particularidades e aparências imediatas. E ater-se somente a este ponto é sublimar o produto em detrimento da obra.

Palavras chaves: Goiânia, Brasília, Palmas, Cidades-capitais planejadas, Mitos, Ideologias, Produção socioespacial

ABSTRACT: The present work aims to argue and, therefore, reveal some nuances that are around the plans of Goiânia, Brasília and Palmas, capital-cities planned in the Cerrado. Among them are the ideologies and myths that are about the planning of these capital cities that contribute to conceal the movement and the process of disputes that exist in their socio-spatial productions. The premise is that there is no way to separate objects, let alone cities, from social subjects, because they are not only things, but fundamentally relationships. As things they are analyzed only by their contours, forms, particularities and immediate appearances. And to stick only to this point is to sublimate the product to the detriment of the work.

Keywords: Goiânia, Brasília, Palmas, Planned capital-cities, Myths, Ideologies, Socio-spatial Production

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ponto de partida deste artigo configura-se mais precisamente ao final deste trajeto. O que diferencia uma cidade planejada de uma não planejada não é o planejamento em si, mas as relações sociais que são estabelecidas durante os seus processos de produção. Estas relações não são uniformes nem no tempo e muito menos no espaço.

Building the way

Dependem da realidade política, econômica, social, histórica e geográfica, ou seja, do contexto que se realizam. Por isso, do mesmo modo que as cidades se igualam, ao representarem uma das formas de organização socioespacial da humanidade, elas se diferenciam. Têm funções, estruturas, localizações, imaterialidades, entre outras características que as tornam particulares.

Isto não quer dizer que elas são coisas, e muito menos ahistóricas. Não o são, por certo. São resultantes da relação entre homem e natureza que, mediada pelo trabalho humano, as torna concomitantemente obra e produto. Ou seja, têm forma e conteúdo, valor de uso e valor de troca, abstração e materialização, fatos que as tornam produtos e produtoras sociais, por conseguinte, uma construção sociohistórica. São essas as condições fundamentais para eliminar a ilusão de isolamento, perenidade e de imutabilidade que alguns imputam incessantemente às cidades, principalmente às cidades-capitais planejadas no Cerrado.

É o sentido vivo e dialético da produção a que Marx se refere, ao dizer que a produção extrapola a simples produção das coisas e dos objetos materiais para mostrar a produção do humano. Em ambos os processos, aparece como produção sociohistórico e, por isso, como condição civilizatória.

Neste sentido é que não há como separar os objetos, e muito menos as cidades, dos sujeitos sociais, pois elas não são apenas coisas, mas fundamentalmente relações. Como coisas elas são analisadas apenas pelos seus contornos, formas, particularidades e aparências imediatas. E ater-se somente a este ponto é sublimar o produto em detrimento da obra. Não só isso: é enaltecer a ilusão imediatista, idealista, ideológica, paralisante e economicista que se criou em torno do produto final, como se ele – produto final – tivesse vida própria e não fosse resultante de um processo: o trabalho social.

Ora, só há cidade porque há produção humana. Só há produção humana porque há trabalho social. E só há trabalho social porque há relações e ações humanas! Ações e relações que são processuais e realizadas em um tempo histórico e em um determinado lugar. Sem esta conexão não há objeto, cidade, planejamento, modos de produção, modos de vida e, muito menos, forças produtivas.

As forças produtivas como os modos de produção e de vida também são relações resultantes dos processos sociohistóricos e espaciais. Por isso, não há como separá-las e, muito menos, ignorar que a cidade, como realidade prático-sensível do

Building the way

espaço, é uma produção social. E, como tal, é que mesmo as cidades-capitais planejadas no Cerrado se produzem e reproduzem em conexão com as forças produtivas e as relações de produção. Deste modo, parafraseando Lefebvre, não há qualquer razão em separar a obra do produto.

Esta reflexão remete a algumas indagações. A primeira: por que então esta cisão entre obra e produto é tão difundida? A segunda: a quem está cisão beneficia? Outra: quais são as estratégias que garantem esta imaginária “cisão” e quase a tornam um axioma? E, por último, qual a relação deste processo com as chamadas cidades-capitais planejadas, principalmente com Goiânia, Brasília e Palmas?

Responder a estas perguntas é o que se pretende a seguir.

OS MITOS E AS IDEOLOGIAS: A CRIAÇÃO DAS CIDADES-SUJEITOS

Um primeiro argumento é que esta cisão entre obra e produto tem a ver com as diferentes concepções sobre cidade, ou seja, ela está conectada às concepções da relação homem-natureza-espaço. Por isso, serão encontrados embasamentos tanto no idealismo histórico Hegeliano que, segundo Lefebvre (1971, p.53), *defende a filosofia do Estado, o Estado legitimando (implícita e explicitamente), pela filosofia, a filosofia como instituição e serviços públicos. Erige a identidade do real e do racional em inteligibilidade suprema. Como a filosofia, aceita a lógica e o sistema do Estado* – como nas teorias da Escola de Chicago, que promoveu a desnaturalização da análise da produção do espaço.

Nestas concepções os sujeitos existem a partir dos objetos e os objetos transformam-se em coisas e, em consequência, a cidade ganha vida própria. É a coisificação tanto dos seres humanos como de seus processos produtivos, que terá como sustentáculo o idealismo e a ideologia, ambos essenciais para garantir a ilusão do predomínio da mercadoria sobre a obra. Nesta perspectiva, os processos (socioculturais, históricos e geográficos), as contradições e qualquer possibilidade de alteração da ordem estabelecida são eliminados, ou melhor, escamoteados. E é exatamente esta lógica idealista que dominará o pensamento moderno, principalmente entre os urbanistas e os arquitetos pós ‘Movimento Moderno’, e que defenderá que a técnica, a forma e a racionalidade modelaram a vida. Em consequência, uma nova civilização emergirá (CORRÊA, L., 2005).

Building the way

Ora, esta é uma visão teológica e determinista da natureza, do espaço e do humano. É a transformação da técnica, da racionalidade e da ciência em deuses e em dogmas. Cidades e civilizações emergindo das formas e do acaso nada mais são do que a “mágica” da ideologia anunciando o fim da história e a nascitura do divino mundo neo-hegeliano, que germina *sem as forças da contestação e de negação que o roem, fora da crítica radical que contesta teoricamente; é o neo-hegeliano profundamente e, todavia, sem profundidade histórica. Pelo contrário: liquidando-a, conservando apenas o seu resultado* (LEFEBVRE, 1971 p. 54).

Não há como negar que esses preceitos, juntamente com os da Escola de Chicago e do modernismo, influenciaram as edificações das cidades-capitais planejadas no Cerrado. São neles que as linguagens do poder se amparam e forjam uma estratégica cisão entre o espaço concebido e o espaço vivido. Nessa cisão, o planejamento arquitetônico e urbanístico ganha um poder sobrenatural ao ponto de, ilusoriamente, criar um cenário mágico onde emergem cidades do meio do nada; relações sociais são dissolvidas, mitos e seres iluminados brotam de um estalar de dedos e, o mais fantástico, interesses e estratégias de poder se transformam em ideais de vida, de organização espacial, de Estado, de Nação e de modo de produção e de vida.

E é exatamente essa ‘lógica ilógica’ que permeará as implantações das cidades-capitais planejadas no Cerrado. Goiânia, Palmas e Brasília deveriam representar (cada uma a seu modo e no seu tempo histórico) um novo tempo, um novo espaço e uma nova civilização. Para isso, as linguagens do poder, abastecidas de argumentos, estratégias e instrumentos, espalharam-se pelo país em formas de discursos, propagandas e simbolismo.

Nesse trecho do editorial “Um homem e Uma Obra”, que versa sobre a construção de Goiânia, é possível constatar esta assertiva:

Pelo papel a que está destinada a desempenhar em nossa economia, devido a sua esplêndida localização geográfica; pela função social que está exercendo, de integradora de nossos hábitos e costumes [...]; pela atuação política, que em consequência de tudo isso vai desenvolvendo, altamente nacionalizante, porque aproximando grupos populacionais variados, que aqui se amalgamam social e biologicamente, possibilitando a formação de uma democracia social e biológica, tão da essência do Estado Nacional, Goiânia se situa, no Brasil, como uma cidade

Building the way

ímpar, e o seu fundador adquire, por isso, o relevo dos gênios. (REVISTA OESTE¹, 2001, p. 197, reedição).

A matéria publicada na revista oficial do Governo do Estado demonstra claramente como as linguagens do poder foram utilizadas para se construir toda uma atmosfera de novo, esperanças e oportunidades em torno da construção da nova capital de Goiás. Destaca-se a estratégia da criação de dois mitos²: Pedro Ludovico, como o herói construtor, e Goiânia, como cidade-sujeito; ou seja, uma total inversão de sentidos, em que o objeto transforma-se em sujeito e o sujeito só é visível no objeto (CHAVEIRO, 2001). Esse caráter mitificador, por conseguinte ideológico, no qual se submerge a edificação de Goiânia, também pode ser percebido na construção de Brasília. Contudo, neste caso, o mito transpassa a cidade e abrange a nação, conforme evidencia o sociólogo Márcio de Oliveira (2005, p. 257).

A construção de Brasília assinalou um recomeço ou talvez o recomeço. A história deveria, então, tomar um novo rumo, o país recomeçaria nesta nova capital. JK repetiu à exaustão: antes e depois de Brasília. [...] Em nenhum momento Brasília foi chamada a evocar apenas uma outra capital. Ao contrário, foi chamada a ser o trampolim para a conquista da região amazônica, o começo da colonização do Brasil central, a reunião pelo interior de um país definitivo e integrado. Uma nova era de progresso econômico e social. Um país desenvolvido e industrializado, cômico de sua importância e orgulhoso de seu grande destino continental. É através desta lógica mítica que se pretendeu compreender porque a cidade tão singelamente construída pode ser legítima contra tudo e a despeito de tantos.

A argumentação do sociólogo leva à compreensão de que a construção da nova capital nacional não é apenas um mero projeto arquitetônico e urbanístico, mas, sobretudo, um projeto político e econômico de uma nova nação que terá no uso da ideologia, como a remodelação do mito fundador da nação, a sua grande estratégia. Os discursos e os espetáculos em torno do novo, do moderno, da integração e do desenvolvimento são as insígnias para se chegar ao desígnio: que é o capital. E colonizar a porção centro-oeste do Cerrado até chegar às terras amazônicas faz parte deste processo.

Por este motivo que, apesar de o tom dos discursos serem outros por causa da diferença de grandeza demográfica e de origem história, não há surpresa alguma quando

¹ A revista “Oeste” foi editada pela imprensa oficial do Governo do Estado de Goiás e circulou entre os anos de 1942 e 1945. Foi reeditada em CD-ROM pela AGEPEL em 2001.

² Vale ressaltar que este sentido mítico não é o antropológico clássico, visto que é inexistente o ‘mito de cidade planejada e moderna’ no universo mítico.

Building the way

se encontra esta mesma conjectura de mitificação e ideologização em torno da construção de Palmas.

As semelhanças existentes entre Palmas e Goiânia e, principalmente, entre Palmas e Brasília, saltam aos olhos de qualquer observador e parecem ter proporcionado um reforço à ideologia reducionista vinculada a Palmas e ao próprio carisma do “pai-fundador”. Reordena-se novamente tanto a história regional como nacional, e Palmas passa a representar também um novo passo na marcha para o oeste e na ocupação da Amazônia, tal qual Goiânia e Brasília o fizeram anteriormente, estabelecendo portanto, uma continuidade entre a construção destas cidades e a epopéia bandeirantes pelos Sertões do Brasil (SOUZA, 2004, p.23)

As três explanações, além de ratificar os argumentos expostos até o momento, igualmente evidenciam a fabricação ideológica em torno das cidades planejadas, fabricação esta que visa, entre outras características, validar e enraizar a versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante, já que, como bem diz Ferreira (2007, p. 48), “a ideologia³ age como instrumento para fazer destas ideias, ideias universais e, por isso mesmo, ideias dominantes que acabam em esconder os conflitos inerentes à sociedade de classes”.

Deste modo, a ideologia cumprirá um duplo papel neste processo. O primeiro será o de tentar mascarar, por meio da inteligência urbanística, do planejamento, do *marketing* institucional etc., qualquer “resíduo” que possa equiparar as novas cidades-capitais à “antiga sociedade brasileira”. O segundo é tentar consubstanciar a urbanização, ou melhor, a sua falta, mediante o ideal urbano. Ou seja, a ideologia será uma estratégia de tentar frear tanto as contradições como as possibilidades que surgiram a partir desta nova (re)ordenação política, econômica, cultural e socioespacial.

Mais do que isso, a ideologia é a grande arma para ocultar a humanidade que há neste processo, ou seja, as relações sociais. Nesse sentido é que a ideologia se torna um dos principais instrumentos a ser usado, pela elite hegemônica, para diferenciar uma

³ Apesar de ter-se ciência e considerar-se extremamente salutar a discussão teórica em torno do conceito de ideologia, não é a intenção, neste trabalho, contemporizar o debate. Busca-se, apenas, esclarecer que o matiz teórico no qual se embasa o conceito de ideologia é o de Marx e Engels. Nesta acepção, a ideologia – além de ser um conceito intrinsecamente ligado ao da luta de classes e da divisão social do trabalho – é um dos mecanismos de poder criados pelas classes dominantes que visam construir e disseminar uma falsa representação da realidade, por conseguinte, uma consciência social que a aceite e a legitime. Acredita-se, no caso, que tal visão se aplica ao processo de constituição e ocupação dos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas, uma vez que o espaço urbano é fruto e reflexo das relações de produção e (re)produção social.

Building the way

cidade não planejada de uma planejada, principalmente em torno do planejamento arquitetônico e urbanístico das cidades-capitais planejadas no Cerrado.

Contudo, não há ideologia que consiga apagar o processo de construção do espaço. O espaço, como construção social e coletiva que é, de uma forma ou de outra materializa – em formas e em conteúdos – as práticas sociais. Por isso é movimento. Tem capacidade de produzir, reproduzir e transformar dialeticamente as contradições, as disputas e, acima de tudo, a própria história socioespacial. E é sobre este assunto que se tratará a seguir.

GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS: PRODUÇÕES SOCIOESPACIAIS

A produção dos espaços de Goiânia, Brasília e Palmas corroboram com esta argumentação. Esses espaços, apesar de toda essa ideologização de um novo tempo em um novo espaço, trazem as marcas (econômicas, socioculturais e políticas) do Brasil colonial. As citações a seguir, sobre o processo de construção e ocupação do espaço urbano de Palmas⁴, cooperam com esta argumentação.

A primeira, de um dos arquitetos do Grupo Quatro⁵, expõe os problemas enfrentados entre o que se planeja e as barreiras políticas e econômicas que surgem no processo de implantação do projeto:

O primeiro problema em que nós esbarramos aqui foi o problema de que os ritos da desapropriação das diversas partes não são todos nem imediatos e nem ocorrem da maneira como você gostaria, para poder ocupar. Porque há todo um procedimento jurídico que cerca a desapropriação, a discussão de benfeitoria, problemas relacionados à qualidade e existência dos documentos. [...] O segundo problema disso aí é o problema de que, sobre aquilo que é planejado, prevalece a decisão de caráter político. São decisores políticos que tomam essa decisão. Então, o governo aqui, em um momento, resolveu que ia colocar pessoas de maneira absolutamente contrária à indicação de quem estava planejando, porque ele ia colocar pessoas fora daquela coisa do plano diretor[...]. O governo encarou os lotes da cidade de uma maneira muito capitalista, no nosso caso aqui: queria vendê-los, pra ter o retorno pra pagar a infraestrutura. Então, ele entendendo que gente de menor renda não poderia dar esse resultado, acabou colocando essas pessoas fora

⁴ Mesmo sabendo que estas cidades foram construídas em períodos histórico-geográficos diferenciados, elegemos a cidade de Palmas como exemplo porque foi a única capital que, por ter apenas 23 anos, possibilitou fazer entrevistas com os diferentes sujeitos que participaram do processo. Destaque para um dos arquitetos responsáveis pelo plano arquitetônico e urbanístico da cidade, um acadêmico e um representante do Movimento pela luta à moradia.

⁵ O Grupo Quatro foi o responsável pela concepção e implantação do plano arquitetônico e urbanístico de Palmas. Esta entrevista foi concedida à autora em janeiro de 2012.

Building the way

do plano diretor, o que criou um vazio urbano enorme que até hoje dá problemas para a administração da cidade. Mas o que eu localizaria como maior problema é que, ao planejar, nós não incluímos as decisões que são tomadas em relação ao mercado fundiário, o mercado de terras. [...] Então, o que é planejado é planejado de uma forma e é implantado de outra forma. É implantado como mercado, e as decisões políticas entendem que deve ser assim.

A declaração do arquiteto-urbanista, além de apontar que antes da implantação o plano sofre deslizamentos de sentidos⁶, aponta que os deslizamentos não são só um processo ocasionado apenas pelos sujeitos não desejados. Também assinala algumas conjecturas importantes para esta análise, como: a relação dialética entre norma e vida; o papel intervencionista do Estado em favor da classe dominante; a contradição entre o espaço concebido e o espaço vivido; a transformação, por meio da parceria público-privado, do solo urbano e, conseqüentemente, da cidade em mercadoria; a decisão política de segregação socioespacial dos sujeitos; e, por fim, a relação intrínseca entre gestão estatal, ordenamento territorial e capital.

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que, apesar da declaração do arquiteto-urbanista sobre os limites entre concepção e implantação do plano original, a elaboração do plano não é inócua e, de uma forma ou de outra, contribui para o projeto político, sociocultural e econômico pretendido pelos diferentes agentes hegemônicos. Nesta segunda declaração de um geógrafo⁷ que acompanhou o processo de implantação da cidade de Palmas, fica evidente esta premissa.

[...]Você vai ver que o plano diretor não tem o poder de centralizar toda a construção da cidade, em função das regras que a determinam, que os arquitetos e planejadores determinaram. Então, vai haver intervenção aqui e acolá, ora intervenções populares, ora intervenções privadas. Então, vai acontecendo o 'desplanejamento' dos dois pontos de vista: do privado, que eles acreditavam muito na iniciativa privada, e do popular, que eles acharam que iam proibir. Então, se pensou numa cidade controlada, embora os arquitetos falem que não, mas se

⁶ O termo deslizamento de sentidos foi cunhada pela autora no ano de 2009, em sua dissertação de mestrado, ao pesquisar o processo de espacialização dos trabalhadores construtores de Goiânia. Na oportunidade foi constatado que não havia no projeto original de Goiânia um lugar planejado para abrigar estes trabalhadores construtores, os quais denominou-se de sujeitos não desejados nos espaços planejados. Contudo, esses trabalhadores, com muita luta e resistência, ficaram pé na cidade e se espacializaram, logo no início da construção da cidade-capital planejada em lugar, Setor Vila Nova, que era destinado, conforme a planta original, a construção de chácaras e, conseqüentemente, a ser ocupados por outras classes sociais.

Este fenômeno, conforme pesquisado posteriormente, em 2014, durante a tese de doutoramento, também aconteceu em Brasília e Palmas. Deste modo deslizamentos de sentidos é o movimento e o processo de espacialização da classe trabalhadora (sujeitos não desejados) para fixar-se nas cidades-capitais planejadas no Cerrado que promoveu transformações nas formas e nos "conteúdos" pretendidos pelos idealizadores e planejadores, criando assim espaços heterotópicos.

⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2012.

Building the way

pensou numa cidade controlada tipo Brasília, e que não foi o que aconteceu. Embora alguns aspectos sejam muito claros, você tem a Vila União e Vila Maria Rosa, como Brasília tinha Vila Planalto etc. Então, vai ser o mesmo processo. Eu acho que o próprio Siqueira, que morou em Brasília mais de 30 anos como deputado, tinha essa ideia de Brasília na cabeça. E a primeira Vila que se cria bota o nome da esposa dele, Vila Aurenny. Vila Aurenny 1, 2, 3 e 4. São espaços de muita pobreza urbana. Muitos problemas urbanos nestes espaços. São espaços de exclusão social mesmo. Você exclui as pessoas, não deixa morar na cidade. Vai morar em outra cidade. Você planeja uma cidade e exclui e constrói políticas para construir mais uma cidade, mais outras cidades. E essas cidades não são beneficiárias da área urbana, como a maioria das cidades, são cidades discriminadas num espaço discriminatório.

A declaração do geógrafo nos remete à afirmação de Harvey (2011) de que a produção do espaço é algo central na reprodução do capitalismo e, como a cidade é a realidade prático-sensível deste processo, ela, a cidade, irá materializar a cisão. Nessa perspectiva da produção do espaço para o capital, as cidades já nascem totalmente fragmentadas e excludentes, ou seja, são aspiradas como meras mercadorias. Por isso que, conforme exposto por Ciccolella (2012, p. 13),

[o] planejamento tenta se contentar com suas próprias fragilidades ao fragmentar, causar mais conflitos nos cenários de reconstrução urbana, promovendo uma modernização sem desenvolvimento, sem tendências claras para a homogeneização social. Assim nos chama a atenção Carlos Vainer (2000): a população marginal, os pobres e os setores populares não podem ser tomados simplesmente como um entorno que rodeia o objeto ou o sujeito do planejamento. Esse tipo de intervenção desintegradora não vai gerar um desenvolvimento duradouro. Enfim, a separação rígida entre o público e o privado, segundo Vainer, significa uma participação direta, sem mediações dos empresários no processo de decisão e execução das políticas territoriais. Essas evidências levam a repensar os processos, as estratégias, as políticas, os instrumentos ou as ações do desenvolvimento urbano numa etapa do capitalismo dominada por tendências para um maior incremento da fratura social e territorial, onde há divergência entre o espaço das empresas e o espaço dos cidadãos, do povo.

Estes fatores abordados por Ciccolella contribuem para desmitificar toda ideologização que há em torno das cidades planejadas e demonstram o porquê dos conflitos sociais e das disputas territoriais entre as classes. Contudo, recorrendo mais uma vez aos ensinamentos de Harvey (2011, p. 98), é importante ressaltar *que condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política*. Esta assertiva pode ser constatada nesta declaração⁸ de um dos fundadores do Movimento

⁸ Entrevista concedida a autora em abril de 2013.

Building the way

Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), ao relatar o processo de mobilização dos sujeitos não desejados no espaço planejado de Palmas pela conquista ao direito à cidade:

Logo no início muitas ocupações espontâneas começaram a existir aqui né, aqui no centro, principalmente, em uma região que é denominada Vila União, que são as ARNO 31,32 e 33, aonde os trabalhadores fizeram várias tentativas de ocupações, a partir de 91, e conseguiram resistir né. E então, a partir destas lideranças que moravam nesta região nós resolvemos então instituir o Movimento Nacional de Luta pela Moradia que na verdade foi fundado em agosto de 95. E a ideia era justamente reunir os trabalhadores e questionar este modelo segregado. Por que não ocupar o centro de Palmas que foi planejado para isto – para a construção de habitação popular em todas as quadras residências – já que tinha um artigo no plano diretor que previa este tipo de ocupação? De tanto o movimento cobrar isto, realizar denúncia junto ao ministério público estadual e à Justiça, a Câmara municipal resolveu retirar este artigo do plano diretor sem debater com a sociedade.

A declaração evidencia a efemeridade que existe por detrás do planejamento e como a “norma” favorece as classes hegemônicas. Como bem diz Ribeiro (2001): direitos sem instrumentos são direitos inexistentes, da mesma forma que instrumentos sem sujeitos sociais são *folhas ao vento*. Por isso que, conforme anuncia Ciccolella (2012),

[...]paralelamente, também como resposta lógica aos limites e à fragilidade da ação estatal, revitalizam-se alguns movimentos sociais e mecanismo de autogestão que começam a construir territórios diferentes e a formular projetos de bairros alternativos àqueles de poder econômico.

Um exemplo concreto desta argumentação é a continuidade da declaração do representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas ao narrar como seu deu o processo de luta e de conquista de uma parte da cidade planejada pelos trabalhadores:

[...] Aí, em 95 nós resolvemos fazer uma reunião apoiada pelas pastorais sociais e por esses militantes que já faziam parte de organizar esses trabalhadores e questionar este modelo segregado porque era muito difícil estes trabalhadores morarem nas Arenys, na região de Taquaralto, e vir trabalhar aqui em Palmas. Então, nós começamos questionar esse modelo e este movimento foi fundado e nós começamos a apoiar várias ocupações espontâneas de trabalhadores que ocupavam aqui. Inclusive nós temos vários exemplos que os trabalhadores resistiam e a prefeitura tinha que construir moradias. Mas a nossa a primeira ocupação organizada foi justamente na fundação do movimento que nós ocupamos uma área pública aqui no Centro de Palmas, que foi a Arne 15, que é uma quadra que hoje funciona a residência oficial do governo.

Building the way

As argumentações e declarações expostas até o momento evidenciam a fragilidade de um modelo de planejamento calcado nos preceitos do modo de produção capitalista e no viés único de defesa dos interesses das classes dominantes e detentoras da terra, bem como comprovam o quanto as cidades planejadas não estão isentas da luta de classes; ao contrário, ela – a luta de classe – antecede os primeiros borrões do projeto. Cidades planejadas não são inertes e muito menos inócuas. Não são apenas mercadorias. Igualmente, são obras, por isso têm sentidos, estão em movimento e definem-se como território em constante disputa.

Para amparar esta reflexão, serão acrescentadas como adjutórias as ponderações de Souza (2004) sobre a relação dialética entre planejamento urbano, Estado e ativismo social:

Em uma sociedade capitalista, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, o papel do Estado, em princípio, não é de contrapor a essa situação de injustiça “estrutural”, mas de colaborar para manter as “regras do jogo” que, justamente, criam as disparidades e privações relativas. Existe a possibilidade, porém, de que em determinados momentos se estabeleça uma correlação de forças políticas que permita que o Estado exerça um papel diferente; isso vai depender, e muito, do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil. Portanto, não só ativismos sociais devem, eles próprios, envolver-se com o planejamento, tentando elaborar e sistematizar possíveis propostas; mas, submetido às pressões e à fiscalização exercidas na sociedade civil, não se pode descartar que o planejamento feito pelo Estado possa ter, às vezes, um efeito positivo de diminuir desigualdades materiais e poder. (SOUZA, 2004, p.13).

Apesar de não comungarmos com parte das ideias apresentadas pelo autor – uma vez que entendemos que o planejamento urbano não resolverá os problemas de desigualdade econômica e exclusão socioespacial na sociedade capitalista, que tem o Estado burguês como um dos principais agentes deste processo, não se dando no/com o Estado, mas contra ele e tudo mais que ele representa e agencia como modos de produção e de vida –, é imprescindível reafirmar que a relação entre estrutura e infraestrutura nas relações de produção e reprodução do espaço é dialética, e não hierárquica.

Esta condição é fundamental para compreender que a cidade, enquanto realidade prático-sensível do espaço, é uma produção social. Não há ideologia que elimine os processos sociais, principalmente quando estes processos estão sob a égide de um modo de produção (o capitalismo) que se retroalimenta a partir das desigualdades, da exploração do trabalho humano e da expropriação da terra da classe trabalhadora. Há aí um abismo econômico e social entre a produção coletiva e a apropriação desta produção

Building the way

que não há como negar. Pelo contrário, este abismo tem que ser desvelado, pois é exatamente nele que se encontra a dialética deste processo, visto que, ao mesmo tempo em que ele, o abismo, é a mola propulsora deste sistema, é também o seu calcanhar de Aquiles.

É daí que surgem as contradições do modo de produção capitalista e a luta entre as classes sociais que afloram na sociedade, por conseguinte, nas cidades-capitais planejadas no Cerrado. Ora, quem produz quer desfrutar de sua produção. E quem está ganhando com esta relação desigual, entre produção coletiva e apropriação privada desta produção, usará de todos os instrumentos (ideológicos, políticos, econômicos, entre outros) para que essa situação perdure. É justamente nesse embate entre as classes que se percebe que há movimento, há história, há disputa e há possibilidades.

A cidade, assim, apresenta-se como um território em disputa. E, como tal, materializa as intervenções e alterações dos sentidos iniciais para as quais foram planejadas e construídas, já que as normas – que codificam o objeto e o uso – não se impõem à vida e nem a vida se sujeita, incondicionalmente, às normas; o que há são intersecções. Por isso, não há como separar o sentido da obra e do produto (mercadoria), visto que ambos fazem parte de um mesmo processo: o processo de produção. Esta cisão, frisa-se, só serve para ocultar as tramas e os dramas das relações sociais que existem no processo de produção das cidades.

Nesse sentido é que é preciso reafirmar que não é o planejamento que diferencia Goiânia, Brasília e Palmas das demais cidades, mas sim os processos e os contextos em que ele este planejamento foi implantado. Processos e contextos estes que, ao demonstrar que as criações destas cidades-capitais estão conectadas às políticas gerais de colonização das fronteiras agrícolas e às necessidades de expansão e modernização territorial para fins geopolíticos, evidenciam que o planejamento é estratégia e consequência: por isso, não é inócuo e, muito menos, perene. Ele, o planejamento, é um fazer contínuo que, de uma forma ou de outra, permeia a gestão e o ordenamento territorial de qualquer cidade atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se quer dizer aqui que Goiânia, Brasília e Palmas não foram pensadas, arquitetadas, projetadas e planejadas. Elas o foram, mas dentro de um contexto sociohistórico e geográfico. Adequar o território brasileiro às novas necessidades do modo de produção capitalista era parte desse contexto. Por isso, analisá-las somente a partir dos preceitos e dos simbolismos da inteligência urbanística e arquitetônica é anular – frisa-se – os processos e as relações em detrimento do produto final.

Não é por acaso, que estas cidades-capitais se localizam no Cerrado brasileiro, mais especificamente na sua porção centro-oeste-norte. Integrar o litoral ao sertão modernizado era fundamental para o desdobramento das políticas desenvolvimentistas alimentadas por ideologias do progresso e civilizatórias. Por isso é que o planejamento não tem esta dimensão divina a ele imputada: a de barrar as relações. Não é o planejamento que garante a exclusão ou a equidade que haverá em uma cidade. Ele, apesar toda a ideologia que o cerca, é mais um dos instrumentos das estratégias políticas e socioeconômicas que permeiam as gestões socioterritoriais.

Planejar e arquitetar também são práticas sociais e, como tal, ao se materializar em cidades, ruas, praças, monumentos públicos, redes de transporte, urbanização, entre outros elementos, sempre fornecem sentidos socioespaciais, econômicos, políticos e culturais produzidos e vividos em épocas distintas.

Os traçados e os centros cívicos de Goiânia, Brasília e Palmas, cidades-capitais, são exemplos concretos desta asseveração. A forte monumentalidade arquitetônica em torno dos edifícios públicos que se distribuem ao longo ou em torno de praças e grandes eixos, o formato das avenidas largas para que o uso dos automóveis, a forma de seus espaços públicos e todas as outras características que as fazem moldes e modelos do espaço moderno brasileiro não simbolizam apenas o uso da inteligência urbanística e arquitetônica, que passam a integrar estrategicamente as políticas de planejamentos e de gestões dos espaços urbanos brasileiros. Simbolizam muito mais do que isso. Simbolizam a imagem do novo, da oportunidade e de um futuro “próspero e promissor”.

Estes são alguns dos fatores que contribuem para que Goiânia, Brasília e Palmas, bem como os estados e as regiões onde se localizam, tenham um alto índice de crescimento populacional desde as suas criações. Não só isso: esses fatores também

Building the way

ajudam na compreensão de que Goiânia, Brasília e Palmas, como qualquer outra cidade brasileira, enfrentam desde as suas construções os problemas estruturais de uma sociedade erigida sob a lógica de um desenvolvimento combinado e desigual.

Por isso, mesmo que a classe dominante tente desviar o foco, ao colocar que a problemática das cidades são apenas as questões relacionadas à mobilidade, à violência, à moradia, à falta de planejamento etc., é irrefutável que estes problemas são decorrentes dos abismos existentes entre a produção social e a distribuição dos resultados desta produção. Dito de outro modo, o que está em crise e gera esta disputa não é a cidade enquanto produção social, mas sim o modelo de cidade-mercadoria que produz uma lógica urbana excludente, elitista, espetacular, centralizadora, privatista e individualista.

Por isso é que as disputas, nas e pelas cidades planejadas no Cerrado, passam desde o modelo de cidade até ao modo de vida e de relações que se estabelecem nelas e por elas. Não é por acaso que as histórias socioespaciais de Goiânia, Brasília e Palmas são permeadas por diferentes sentidos, relações socioculturais, políticas, educacionais, de vizinhança, institucionais, econômicas, emocionais que são estabelecidas e vivenciadas nas cidades e fazem parte tanto das memórias individuais e/ou coletivas dos sujeitos como das memórias históricas destas cidades.

Tais memórias não são meras e ingênuas recordações, mas representações sociais, simbólicas e políticas feitas pelos diferentes sujeitos sociais da vida da cidade que revelam a imaterialidade como componente do espaço e de sua inserção no mundo.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia: uma metrópole em travessia**. 2001. 321 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP. São Paulo, 2001.

CICCOLELLA, P. **Metrópoles do século XXI: à procura de um pensamento urbano latino americano**. In: ALMEIDA, M. G.; TEIXEIRA, K. A.; ARRAIS, T. A. (Orgs.). *Metrópoles: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012. p. 09-19.

CORRÊA, L. E. **O urbanismo depois do fim da história**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 067.02, Vitruvius, dez. 2005 < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.067/398> >. Acesso em: 03 de abr. de 2014.

FERREIRA, J.S.W. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: UNESP; Salvador: ANPUR, 2007.

LEFEBVRE, H. **O Fim da História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **O Capital**. Capítulo I. Seção 4. O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo. Disponível: < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.html> >. Acesso em: 10 de out. de 2008.

PELÁ, M.C. H. **Uma nova (Des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas**. Tese (Doutorado) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. 268p.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.